

# A FOME NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1940

*João Luiz da Silva*

*Alcindo José de Sá*

## RESUMO

Apesar de todos os avanços técnicos e científicos no campo da produção alimentar, o mundo ainda vivencia a problemática da fome de uma maneira extremamente grave. São fomes endêmicas e epidêmicas resultantes de um modelo econômico e social perverso no qual comungam uma abundância desmedida de um lado e uma carência irresponsável de outro, a reboque de um mercado, de políticas e de conflitos militares que deixam milhares de seres humanos famintos e desvalidos. O presente texto, parte de uma dissertação, tenta resgatar algumas processos históricos da fome no mundo e no Brasil, até os idos dos anos 40 do Século XX, como ponto de reflexão para o entendimento da fome na atualidade.

**Palavras-chaves:** Josué de Castro, fome no Brasil e no mundo, anos 40

## ABSTRACT

In spite of all technical and scientific advances in the field of food production, the world still faces the problem of famine in quite severe perspectives. These are endemic or epidemic famines, resulting from a cruel socio-economical model in which an extravagant abundance prevails in some areas, opposed to an irresponsible lack in many others. Such situations arise within the prevailing market oriented structures, feeble policy making strategies, or military conflicts which result in thousands of emaciated human beings. The following article, as part of a dissertation work, try to

recover some historical processes involved in the spreading of famine in the world as well as in Brazil, until the decade of 1940, aiming at understanding the contemporary famine episodes.

**Keywords:** Josué de Castro, famine in Brazil and the World, decade of 1940.

## 1. Introdução

A adaptação e sobrevivência humana, em qualquer ambiente, requereu e requer alguns sacrifícios à biodiversidade existente circundante e ao próprio homem no seu contexto social. A fome como elemento bio-físico-antropo-social sempre foi companheira inseparável do homem, desde os primórdios da sua fixação como ser humano, pois segundo Castro (2004, p. 18), “[...] atinge endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”, visto que não só a falta de alimentos causa fome, mas sim, a falta de certos “[...] elementos nutritivos [...]” necessários ao adequado funcionamento da “máquina humana”, isto é, a “fome oculta”, descrita por Castro (2004).

Para o autor, existem as fomes específicas, fomes individuais e coletivas, fomes totais e parciais e as fomes ocultas. O espectro da fome se espalhou no mundo de diversas formas, pelas guerras, pela seca, pelas faltas de condições técnicas e humanas em desenvolver e fazer a terra produzir adequadamente, pela ganância de poucos poderosos em detrimento dos muitos miseráveis.

Em Castro (1965) encontram-se relatos sobre a história da fome no mundo. Para o autor, cerca de dois terços da população mundial viviam, considerando o referido contexto temporal, em estado permanente de fome, por falta de recursos. Na China do século XIX, cerca de 100 milhões de indivíduos morreram de fome e no século XX, 20 milhões de pessoas perderam suas vidas por este mesmo motivo. A fome aparece como elemento principal em todos os continentes: América do Norte, América Central, Ásia, África e América do Sul, movimentando a vida do homem em

torno de sua subsistência, de acordo com a região geográfica em que habita, do espaço, do meio ambiente e tipo de vida.

## **2. A FOME NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1940**

As raízes da fome brasileira encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX, relacionadas com a prioridade do mercado exportador de matéria-prima, como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café sobre o mercado interno que inclui a mandioca, feijão e milho, e da concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários. Inicialmente, a população que tinha como base a cultura da cana de açúcar e o trabalho escravo se fixou ao longo do litoral. Existiam, nesse ambiente, homens livres, como os lavradores que alugavam terras e produziam cana para outros engenhos, pedreiros, carpinteiros e especialistas na produção do açúcar; essa população consumia cerca de 25% da receita do engenho, além de comerciantes, traficantes de escravos, funcionários da coroa, religiosos, mestiços, mendigos e prostitutas. A alimentação inicial, trazida pelos primeiros colonos portugueses, continha frutas, legumes e verduras, não foi mantida no Brasil pela população mais pobre, pois esta foi obrigada a abandonar a policultura pela monocultura da cana de açúcar (CASTRO, 2004; PRAZERES, 2005).

De acordo com Magalhães (2004), existiam dois níveis populacionais de consumo, a do europeu e a do povo. O primeiro importava tudo de que necessitava, enquanto a segunda categoria, correspondendo à camada majoritariamente pobre, sofria restrições alimentares. A população do litoral como, por exemplo, Salvador, alimentava-se basicamente de farinha de mandioca, mariscos e peixes. Havia tempos de esterilidade em que a fuga para os campos se apresentava, praticamente, como único recurso para não se morrer de fome. Dos matos extraíam-se a raiz do caravatá, o fruto da comari, uns coquinhos denominados aquês, a raiz do cipó macuna. As folhas de mandioca cozida, conhecida como maniçoba, também, tinham ampla serventia nessas circunstâncias. Apesar de Salvador (1954, p. 11) contar que

[...] é o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nele se dão os mantimentos de todas as outras. Dá-se trigo em São Vicente em muita quantidade, e dar-se-á na maior parte cansando primeiro as terras, porque o viço lhe faz mal. Dá-se também em todo o Brasil muito arroz, que é o mantimento da Índia Oriental, e muito milho zaborro que é o das Antilhas e Índia Ocidental. Dão-se muitos inhames grandes, que é o mantimento de São Thomé e Cabo Verde, e outros mais pequenos, e muitas batatas [...].

Magalhães (2004) reafirma o encarecimento dos víveres nos centros mais populosos de Recife, São Luís e Rio de Janeiro, citando escritos, como os do padre Fernão Cardim (1939) e do padre Vieira (1951), que corroboram com o panorama de constante precariedade e má qualidade da alimentação.

Inicialmente, a população vinda de Portugal manteve-se no litoral brasileiro. Posteriormente, com o incremento da pecuária, que se estendeu do litoral para o interior do país e o surgimento da cultura de subsistência por não mais ser possível importar alimentos devido às grandes dificuldades traduzidas pelos transportes lentos e precários e pela grande distância, no século XVII, sucedeu-se ao povoamento do interior do país, principalmente nos campos do sul e no sertão do Nordeste, sendo levados posteriormente ao Centro-Oeste. O novo cenário de deficiência de abastecimento dos gêneros teve como conseqüência à elevação dos preços, a fome e distúrbios da ordem social, tanto os pobres como os senhores de engenho se sentiram prejudicados, uma vez que a alimentação da mão de obra escrava se problematizava (CASTRO, v. 2, 1965).

Conta Magalhães (2004) que, durante a ocupação holandesa, a partir do quarto decênio do século XVII, algumas medidas foram introduzidas, visando incentivar a produção de farinha de mandioca no Nordeste, após ser suspenso o fornecimento de farinha de trigo, quando então, os holandeses começaram a impor cotas de farinha de mandioca aos comerciantes locais, mas tais providências não

obtiveram sucesso, fazendo com que passassem a exigir que se plantasse mandioca no lugar da cana. Orientados exclusivamente para obter os rendimentos provenientes do açúcar, os senhores de engenho e lavradores não estimulavam seus escravos a plantar roças de mandioca, nutrimento básico da população, situação que contribuía para as crises de abastecimento. No edital de 18 de janeiro de 1838, Maurício de Nassau determinava que os senhores de terras e lavradores de canaviais e de roças plantassem duzentas covas de mandioca por escravo que possuíssem, dando ele mesmo o exemplo, plantando junto à sua residência, um vasto pomar, com inúmeras variedades de frutas: laranjas, limoeiros, romãzeiras, figueiras, coqueiros, limões-doces, mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cajueiros, entre outras.

Ao final do século XVII e início do século XVIII, houve 25 anos de fome no Brasil e outros dois terços de carestia e penúria. A essência da questão se encontrava nas relações entre o grande produtor mercantil e a produção para o abastecimento interno, pois o comércio colonial oferecia rendimentos muito mais elevados, delegando um perfil de pobreza aos pequenos agricultores (ROCHA e GUEDES, 2006).

Magalhães (2004) corrobora para esta afirmação citando os trabalhos de Linhares (1979), para quem os depoimentos dos europeus que gabaram e celebraram as grandezas e a abastança do Brasil é de uma época e da mentalidade de seus homens, reflexos de mitos e fantasias. Aliás, os primeiros relatos do século XVI não são suficientemente detalhados de modo a permitir analisar e definir um sistema de fornecimento de alimentos à população européia. Da mesma forma, Magalhães cita Silva (1994, p. 39-43) para quem “[...] entre o final do século XVII e início do século XIX, pelo menos 25 anos foram de fome, sem qualquer atenuante. Outros quase dois terços foram marcados por penúrias e carestias”. A maioria da população, em decorrência da sua pauperidade, apresentava-se mais suscetível à falta de gêneros indispensáveis, como o milho e a mandioca.

De acordo com Magalhães (2004), a escassez e a carestia de víveres foram corriqueiras desde os primórdios da colonização do Brasil. O sistema econômico que se montava, não permitindo atividades diversificadas, foi marcado pela exigüidade do mercado interno, bem como pelas condições inerentes ao sistema produtivo geral, no qual se inseria.

Para Linhares (1979) as causas da escassez de alimentos no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX se devem a partir de quatro fatores: o primeiro por causas naturais como as secas, as pragas que destruíam as colheitas, os imprevistos climáticos, a fome e as doenças epidêmicas que afetavam a população; o segundo pela existência da concorrência desfavorável entre as agriculturas de subsistência e a exportadora voltada para os mercados internacional e inter-regional, determinando uma diminuição da produção de alimentos; o terceiro aspecto, oriundo do surgimento de mercados mais rentáveis para o agricultor comercializar seus produtos, levava a retirar seus gêneros do comércio local, transferindo-o para outro mais atrativo e a quarta e última causa é a recusa por parte do lavrador de plantar gêneros além das suas próprias necessidades familiares, por causa dos empecilhos institucionais que lhe eram impostos para a comercialização desses gêneros, custo de transportes, lucros de intermediários, impostos, licenças para venda de produtos e burocracia fiscal.

Para Magalhães (2004), assim como para Castro (2004), as crises de subsistência no período colonial decorriam da própria estrutura produtiva colonial inscrita nas deficiências organizacionais do sistema agrário. As reproduções das hierarquias coloniais, a deficiência dos transportes e do armazenamento, somadas às imposições do Estado e às oscilações climáticas, constituem elementos fundamentais para a explicação do problema. A fome, por sua vez, designava um estado superlativo, ápice de um processo iniciado por uma falta ou esterilidade, originando uma carestia ou alta dos preços. De um modo geral, os três fenômenos encadeados ou não, falta, carestia e fome, compunham a crise de subsistência.

A carestia, também, era um dos fatores que atingia a mandioca e todos os gêneros que pudessem substituí-la, como o milho e o feijão. Diante dessa realidade, não só as pessoas pobres que consumiam mandioca eram atingidas, os senhores de engenho também sentiam os efeitos da inflação, uma vez que a manutenção de ração de suas vastas escravarias tornava-se problemática (MAGALHÃES, 2004).

Também Rocha e Guedes (2006) relatam que, no começo do século XVIII, o governo colonial tenta impedir a mudança de cultivo de gêneros pelos agricultores, gerando crescente tensão entre os dois segmentos com os mecanismos de fluxo de renda no interior da colônia como principal força motriz da crise. A primeira ação de governo para evitar a fome foi tomada ainda em 1700, quando áreas de cultivo de cana de açúcar e tabaco foram substituídas para dar lugar às plantações de alimentos.

Ao final do século XIX e começo do século XX, a abolição da escravatura e a expansão demográfica, em simultâneo com a difusão do modo de produção capitalista no mercado interno desencadearam uma série de transformações no sistema produtivo e na estrutura de classes no país. As manifestações se fizeram sentir nos movimentos contra a carestia e a perda do poder aquisitivo das classes populares, conforme relata Bonfim (2000), com o Movimento do “Quebra-Quilos”, entre 1850 e 1900; a revolta de Ibicaba, de 1851, quando colonos das fazendas de café se revoltam contra o alto preço das mercadorias que lhes eram vendidas, contra os pesos e medidas utilizados e contra os juros; o protesto contra alta de gêneros alimentícios em Salvador, em 1858, ocasionado pelas sucessivas epidemias de febre amarela e *cholera morbus* (a cólera) e a escassez contínua de alimentos; a revolta contra comerciantes estrangeiros contra o alto preço de mercadorias importadas e baixo preço pago pelos gêneros alimentícios nacionais, em 1872; as lutas diversas pela melhoria de salários e de condições de vida para os operários e lutas no campo, no início do século XX, a maioria eram pelo rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios e o comício contra a carestia, em 1913, no Rio de Janeiro para rever o sistema de pesos e medidas, pois as pessoas pobres eram “roubadas” em suas compras, pela manipulação das balanças. Durante a guerra, o mercado exportador

de alimentos cresceu, mas em torno de 1920, começou a ter a concorrência acirrada do mercado internacional (ROCHA e GUEDES, 2006; BONFIM, 2000).

Foi nos anos 40 que surgiu a preocupação com a contagem de pessoas que passavam (e ainda passam) fome no Brasil, ou seja, com os mapas da fome que são utilizados como "fotografia" do problema. Josué de Castro no seu clássico 'Geografia da Fome' foi o responsável pelo primeiro mapa da fome do país, acompanhado de seus determinantes e apontando vias para a superação do problema.

De acordo com Vasconcelos (2001) à época da realização do inquérito *As condições de vida da classe operária no Recife*, de autoria de Josué de Castro (1980), a cidade possuía cerca de 700 mil habitantes, dos quais aproximadamente 230 mil viviam nos chamados mocambos, localizados nos mangues e nos arredores da cidade, denotando a precocidade dos processos de urbanização desordenada da cidade e de marginalização de significativa parcela de sua população. E que isso era fruto de dois grupos de causas como as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas. Assim, os principais achados do inquérito dietético realizado em 1932 revelaram que: 1) a dieta era quase exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar, denotando uma 'terrível monotonia' alimentar, pela falta de variedade dos alimentos que a compunham; 2) o consumo de leite e frutas, em quantidades 'irrisórias', foi verificado em apenas 19% e 16% das famílias, respectivamente, significando que 80% da população não consumiam quase nenhum alimento do grupo dos 'protetores'; 3) o consumo calórico médio verificado foi de 1.645 calorias diárias, muito aquém das necessidades energéticas diárias de um adulto normal da região estabelecida em 2.640 calorias; 4) o consumo de carboidratos era proporcionalmente excessivo, em detrimento do baixo consumo de proteínas, cuja média foi de 62 gramas diários, sobretudo daquelas de origem vegetal — oriundas do feijão, milho e da farinha de mandioca; 5) o baixo consumo de lipídios, correspondendo a cerca de 13 gramas diárias, simbolizava também a deficiência de vitaminas lipossolúveis da dieta; e 6) o consumo de minerais, particularmente cálcio e ferro, e de vitaminas hidrossolúveis também encontrava-se muito abaixo das recomendações nutricionais.

Conforme Lima (1998), na década de 1930, do século XX, a sociedade brasileira se voltava para a perspectiva da consolidação de demandas e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, comprometidas com a reorientação dos rumos do país, momento em que um novo Estado se reorganizava e assumia a tarefa de orientar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciais precisavam ser superadas, pois a realidade social impunha outro tipo de interpretação do Brasil,

A ambigüidade da identidade do ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico-social do país. Basta lembrarmos que nos anos 30 procura-se transformar radicalmente o conceito de homem brasileiro. Qualidades como 'indolência e 'preguiça, consideradas como atributo da raça mestiça, eram substituídas pela ideologia do trabalho ... .O que se assiste neste momento é na verdade uma transformação cultural profunda, pois se busca adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil 'moderno (LIMA, 1998, p. 11).

Para Lima, (1998), a passagem do conceito de raça para o de cultura suprimia uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança do mestiço. Por outro lado, ela permitia ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilitava uma análise mais rica da sociedade. Se esta teoria do valor cultural se afastava do biológico, fornecendo aos intelectuais elementos para a justificação da tese mal de fome e não de raça, estes, ao produzirem a base cognitiva do campo da ciência da nutrição e, no seu âmbito, a educação alimentar, reconstituíam o biológico como um fator de evolução social em novas bases. Nessa perspectiva, o único método capaz de viabilizar uma análise da questão alimentar em suas várias faces era o método da geografia nova de Vidal De La Blache, cujo princípio de conexidade permitia estudar esse fenômeno como um fator de evolução

social ao lado de outros fatores aos quais estavam ligados, por conexão do meio, por influências mútuas:

Só a geografia que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho (Castro, 1937, p. 26).

## **Referências**

CARDIM, F. Tratados da terra e da gente do Brasil (1583-1593). São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1939.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

CARNEIRO, Henrique. Comida e Sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campos, 2003. CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO. Josué de. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2 volumes. São Paulo: Brasiliense, 1965.

GUEDES, Ana Emília; ROCHA, Paulo de Medeiros. O espectro da fome no Brasil. 2006. Da Vinci – textos acadêmicos. Disponível em [www.ufrn.br](http://www.ufrn.br), acesso em dezembro de 2006.

LIMA, E. da S. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, V(1): 57-83 mar.-jun., 1998.

LINHARES, Maria Yedda. História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

SALVADOR, F. V. História do Brasil (1590-1627). Livro Primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1954. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), acesso em dezembro de 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Fome e conflito social: uma história que vem de longe. Ciência Hoje, vol.17, n. 100, p.39-43, 1994.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII (2): 315-39, jul.-ago., 2001.

VIEIRA, Antônio. Obras escolhidas. Cartas do Padre Antônio Vieira. 2 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951.